

A Partnership for Global Infrastructure and Investment (PGII) no contexto da competição estratégica sino-americana e ascensão chinesa na geopolítica mundial^{1 2}

Rafaela De Pieri Piedade³

RESUMO

Num contexto geopolítico de ascensão chinesa sem precedentes – especialmente após o sucesso do *Belt and Road Initiative* (BRI) –, em que a China apresentou um crescimento econômico significativo e ocupou a posição de uma das maiores economias do globo, os Estados Unidos passaram a caracterizar o gigante asiático como um dos principais adversários econômicos da atualidade. Os EUA apresentaram, em 2022, a *Partnership for Global Infrastructure and Investments* (PGII), em parceria com o G7, uma iniciativa alternativa de projetos de infraestrutura, voltada para países de baixa e média renda. Por essa lógica, busca-se compreender, através de revisão bibliográfica de autores renomados da área de Economia Política Internacional e do método descritivo-analítico, a proposta de estrutura do PGII, os principais projetos e investimentos idealizados, a fim de entender como se moldam as estratégias de política externa dos Estados Unidos para manutenção de sua hegemonia econômica, principalmente em regiões-chave como o Indo-Pacífico, através do projeto *India-Middle East-Europe Corridor* (IMEC). A iniciativa ocidental apresenta, ainda, diversas lacunas que tornam difícil a sua execução plena e comparação com o BRI, mais maduro. Ser o pivô que facilita o desenvolvimento de infraestrutura em diferentes países de baixa e média renda é interessante para ambas as economias, por isso as tensões sino-americanas ainda são profundas e os desdobramentos futuros para as relações internacionais são complexos.

Palavras-chave: Relações China-EUA; Governo Biden; Política Externa dos Estados Unidos; Competição tecnológica Sino-americana; Parceria para Infraestrutura e Investimento Global.

ABSTRACT

In a geopolitical context of China's unprecedented rise - especially after the success of the Belt and Road Initiative (BRI) - in which China has shown significant economic growth and occupied the position of one of the largest economies in the world, the United States has come to characterize the Asian giant as one of today's main economic adversaries. In 2022, the United States, in partnership with the G7 countries, presented the Partnership for Global Infrastructure and Investments (PGII), an alternative initiative for infrastructure projects in low and middle-income countries. This article aims to understand, through a bibliographical review of renowned authors from International Political Economy field and the descriptive-analytical method, the proposed structure of the PGII, the main projects and investments envisioned, to understand how the foreign policy strategies of the United States are shaped to maintain its economic hegemony, especially in key regions such as the

¹ Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Professor Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça.

² Agradecimentos especiais ao INCT-INEU (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos) e à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pelo incentivo financeiro à realização desta pesquisa acadêmica.

³ Graduanda de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail para contato: depierirafacla@gmail.com.

Indo-Pacific, through the India-Middle East-Europe Corridor (IMEC) project. The Western initiative still has several gaps that make it difficult to fully implement and compare with the more mature BRI. Being the pivot that facilitates infrastructure development in different low and middle-income countries is interesting for both economies, which is why Sino-American tensions still run deep and future developments in international relations are complex.

Key-words: China-US Relations; Biden Administration; US Foreign Policy; Sino-US Technology Competition; Partnership for Global Infrastructure and Investment (PGII).

Introdução

A China, na última década – especialmente após o sucesso de suas iniciativas e estratégias econômicas como o programa *Made in China 2025* e o *Belt and Road Initiative* (BRI) –, apresentou um crescimento econômico exponencial e passou a ocupar o posto de uma das maiores economias mundiais, especialmente no âmbito comercial, com engajamento significativo com outros países, regiões e instituições. A iniciativa *Belt and Road* chinesa, mais especificamente, caracteriza-se por ser um projeto de infraestrutura e rede de conectividade voltado para países asiáticos, europeus e africanos, com seis principais corredores econômicos e importantes portos marítimos. Alguns autores costumam mencionar, inclusive, que a estratégia chinesa pode ser analisada a partir do conceito de *soft power*, de Joseph Nye, no estabelecimento desta política externa que gera influência econômica em diversas regiões para serem bem-sucedidos em termos comerciais (Khan & Khan, 2022).

Dentro desse contexto, uma das maiores preocupações estadunidenses é de que a China estaria promovendo sua ascensão política após a ascensão econômica, o que colocaria em risco o sistema político internacional e os valores das nações democráticas, de acordo com a narrativa propagada pelos norte-americanos. Nesse sentido, ameaçados pela ascensão sem precedentes dos chineses nas áreas comerciais, tecnológicas e de telecomunicações, os Estados Unidos passaram a caracterizar a China como um dos principais adversários econômicos da atualidade, colocando-a como uma das prioridades da agenda de política externa e de segurança nacional. Segundo Minghao Zhao, a administração de Donald Trump foi responsável por grandes mudanças na forma como os Estados Unidos se relacionavam com a China, algo que não mudou com a administração de Biden, que assumiu no ano de 2021 (Zhao, 2021).

Como manifestação das buscas por alternativas de programas de desenvolvimento e infraestrutura para contrabalancear a atuação chinesa, os autores Wei e Zhang mencionam que, desde que Joe Biden assumiu a Casa Branca, houve tentativas de elevação do Diálogo de Segurança Quadrilateral (Quad) do Indo-Pacífico, por exemplo, em que os EUA, a Índia, o

Japão e a Austrália atuam numa espécie de visão de ordem regional, sob o *slogan* de um “Indo-Pacífico livre e aberto”, que significa o apoio à ordem liberal, à economia de mercado e a segurança militar da região (Wei e Zhang, 2021). Além disso, houve outros esforços ainda no governo Trump, como a iniciativa da União Europeia, o *Three Seas Initiative*, vista como uma oportunidade de manter as nações europeias “fortes, livres e alinhadas com os EUA”, bem como o programa de *Clean Network*, que desincentiva que qualquer país-membro usufrua de tecnologias digitais chinesas em território nacional (Zhao, 2021). Em 2022, foi criada a *Partnership for Global Infrastructure and Investment* (PGII), foco desta pesquisa, antes conhecida como *Build Back Better World* (B3W), em parceria com os países do G7, como um projeto alternativo ao BRI chinês e como estratégia da política externa dos Estados Unidos para conter o avanço da China nas suas principais áreas de influência.

É possível observar, dentro dessa conjuntura, que uma série de eventos ocorridos nos últimos anos sugerem uma crise da ordem liberal internacional, em que se verificam sinais de fragilidade e descredibilização de instituições multilaterais, as consequências de uma pandemia global avassaladora para a sociedade e economia, a Guerra da Ucrânia e os desdobramentos desta para o Sistema Internacional, e a ascensão de novas potências globais – como é o caso da China. Tudo isso traz à tona a discussão acadêmica a respeito de um aparente desequilíbrio da hegemonia estadunidense na geopolítica mundial, ainda mais após a crise do *sub-prime* e a guerra comercial sino-americana que tomou força após o governo de Donald Trump. A partir desse cenário, busca-se entender como se dá a atuação da *Partnership for Global Infrastructure and Investment*, iniciativa do G7, como instrumento de manutenção estratégica do poder econômico dos Estados Unidos dentro da competição comercial e tecnológica sino-americana. Além disso, levanta-se o questionamento se a PGII pode, de fato, contrabalançar o BRI chinês em termos de investimentos e efetividade de projetos e se é possível falar de um novo desequilíbrio hegemônico dos EUA frente aos diversos fatores citados.

Entende-se que a *Partnership for Global Infrastructure and Investment* atua como meio principal de política externa para tentativa de frear o avanço da China dentro das áreas de influência econômica dos Estados Unidos, especialmente na América Latina e na região do Indo-Pacífico, regiões estratégicas para os chineses e foco de seus principais investimentos para conectividade, infraestrutura e energia. Os projetos dessa iniciativa, bem como as alianças interestatais estabelecidas, são os instrumentos primordiais para que os objetivos de política externa e política comercial estadunidense voltados para a manutenção da hegemonia nessas regiões e setores produtivos – especialmente o ramo de tecnologia – seja mantida.

Nesse sentido, é por meio dos projetos de infraestrutura da iniciativa PGII, como o *India-Middle East-Europe Corridor* (IMEC), que apresenta grande potencial de desviar as cadeias de abastecimento da China – o qual, nos últimos anos, se tornou um dos principais países-parceiros do Oriente Médio – para essas novas rotas na Europa e na região Indo-Arábica, através de um corredor econômico portuário e ferroviário, que os Estados Unidos materializam suas estratégias de recuperar e/ou manter sua influência e hegemonia econômica e comercial nesses espaços. Ademais, infere-se, pela ênfase dada ao IMEC, que a região do Indo-Pacífico, mais especificamente, é extremamente estratégica e essencial para os americanos, vide os esforços para diálogos e parcerias com países como Japão, Índia e Austrália (Diálogo QUAD) para equilíbrio de poder com a China regionalmente.

Por esta lógica, entende-se como fundamental a compreensão e análise da iniciativa estadunidense dentro desse contexto político, a fim de compreender as estratégias dos EUA para lidar com as pressões internacionais e crise da ordem liberal internacional, a ascensão chinesa e as ameaças à sua hegemonia econômica. Para discutir os pontos apresentados acima, o artigo se dividirá em três grandes seções, sendo a seção 1 dedicada para a discussão a respeito da ascensão chinesa, o impacto desta sobre a hegemonia estadunidense e o debate sobre a crise da ordem liberal internacional, por meio de revisão bibliográfica; a seção 2 dedicada a entender a estrutura da PGII em si, os mecanismos e estratégias políticas e econômicas por trás da iniciativa, especialmente no que se refere à política externa dos EUA, também através de revisão bibliográfica e uso do método descritivo-analítico para compreensão da estrutura da iniciativa; e a seção 3, voltada para a análise mais específica do IMEC, a fim de compreender a importância do projeto e da região do Indo-Pacífico para os interesses estadunidenses dentro do contexto de competição tecnológica e comercial com a China. As fontes e dados são de natureza qualitativa, com resgate das contribuições de autores da área, notícias, documentos e arquivos oficiais para alcance dos objetivos da pesquisa.

A ascensão chinesa na geopolítica mundial e a competição estratégica sino-americana como ameaça à hegemonia econômica estadunidense

Nos últimos quinze anos da história, a China passou a ocupar uma posição indispensável para a economia mundial, em termos de investimentos financeiros, produção e fluxos de comércio. O movimento de ascensão chinesa na geopolítica mundial começou a ser pavimentado no fim da década de 70, a partir da abertura econômica do país e das reformas financeiras internas realizadas sob o comando de Deng Xiaoping, que propiciaram o

desenvolvimento nacional apoiado no investimento estrangeiro, sem adotar completa e indiscutivelmente os moldes ocidentais e liberais. Os chineses passaram a absorver a lógica e princípios mercadológicos, deram espaço ao capital do Ocidente e, por consequência, observou-se um aumento no fluxo de exportações e importações e a diminuição considerável das barreiras comerciais impostas até aquele momento. O crescimento vertiginoso se traduziu em uma taxa de PIB de pouco mais de 9% ao ano entre 1979 a 2018, por exemplo. Os recursos obtidos no aumento da produção foram revertidos em investimentos adicionais na economia nacional, especialmente a partir dos lucros das empresas estatais (Morrison, 2019).

Xing Li, para a revista *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 34, nº4, reitera a importância do modelo de desenvolvimento chamado de Gansos Voadores no contexto de ascensão chinesa, que pressupõe o desponte de um país na liderança do processo desenvolvimentista (no caso, o Japão como referência aos vizinhos asiáticos). A aderência do país ao modelo foi uma das primeiras ações realizadas nas etapas de reformas econômicas, algo que abriu portas para o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e proporcionou à China o *status* de “fábrica global” como resultado da grande expansão do parque industrial nacional. O autor ainda destaca a influência do gigante asiático para o crescimento comercial de países em desenvolvimento, dada a contribuição exercida através da integração da divisão vertical global do trabalho. É uma expansão sob os moldes, princípios e regras chineses (Li, 2021).

O ano de 2008, marcado por uma crise econômica profunda de dimensão global e que teve como principal reflexo a desaceleração econômica e produtiva em diversos países, representou para a China uma oportunidade de expansão dentro de um contexto de desindustrialização do Norte e Sul Ocidental (Li, 2021). A estratégia chinesa tomou forma em pacotes de estímulos econômicos e financeiros para investimento em infraestrutura e flexibilização de políticas monetárias, como tentativa de abrandar as consequências da queda global na demanda de produtos nacionais. Wayne Morrison aponta que grandes economistas atribuem ao salto chinês fatores como o investimento de capital em grande escala (interno – elevadas taxas de poupança – e externo) e o aumento de produtividade proporcionado pelas reformas econômicas, que diminuíram custos, descentralizaram a produção e geraram bons retornos financeiros (Morrison, 2019).

Entre 2008 e 2022, anos de grande destaque do gigante chinês, o país apresentou uma média de crescimento do PIB de 7.29% ao ano, de acordo com dados disponibilizados pelo Banco Mundial, o que reforça certo grau de estabilidade em seu processo de expansão e desenvolvimento. Nesse ínterim, entre as iniciativas que sustentam o destaque global chinês, destacam-se o *Made in China 2025*, anunciado em 2015, e o *Belt and Road Initiative*, criado

em 2013. No caso do primeiro, trata-se de uma estratégia de produção e comercialização de produtos pensada para desenvolver e expandir o setor manufatureiro chinês ao ponto de ultrapassar países concorrentes. Tal fenômeno volta-se primordialmente para a exportação de bens e configura-se como um projeto ambicioso para promoção de empresas e indústrias chinesas, a fim de reduzir a dependência do país da tecnologia estrangeira. O sucesso da estratégia foi propiciado dentro do contexto de crise e desindustrialização de boa parte do mundo, além de que houve um realocamento de centros produtivos do Norte Global para o território chinês, devido aos incentivos e mão-de-obra mais barata, o que contribuiu para a ascensão do país na produção de manufaturas (Li, 2021). Destaca-se, ainda, o papel da mídia em enfatizar que o *Made in China* será instrumento para transformar o gigante asiático em potência manufatureira até a metade do século, especialmente na área de telecomunicações, ferrovias, energia elétrica, robótica, automotivos de novas energias e automação de ponta (Morrison, 2019).

O *Belt and Road Initiative* (chamado de Iniciativa Cinturão e Rota, em português), por sua vez, é um projeto chinês de infraestrutura e rede de conectividade que surgiu em 2013 e é voltado para países asiáticos, latino-americanos, europeus e africanos, com seis principais corredores econômicos e importantes portos marítimos, sendo o *Pakistan China Economic Corridor* (CPEC), na região do Indo-Pacífico, um dos mais importantes. O principal objetivo por trás dessa iniciativa está na intenção de estreitar e facilitar o acesso da China aos principais mercados consumidores dessas regiões, focando os investimentos em áreas como a de energia, óleo, gás e agricultura. Xi Jinping, presidente da China, defende que o BRI é o projeto do século para aprimorar o crescimento econômico, promover a paz entre Estados, diminuir a pobreza e conectar diferentes países, principalmente no âmbito comercial. Atualmente, a iniciativa conta com a parceria de mais de 140 países que assinaram o *Memorandum of Understanding* (MoU) da China, documento que prevê o acordo formal com as principais regras de investimento (Khan & Khan, 2022).

Segundo o relatório disponibilizado pelo *Green Finance & Development Center* e escrito por Christoph Nedopil, só em 2022 os financiamentos e investimentos do BRI foram de 67,8 bilhões de dólares em mais de 200 acordos e que, desde 2013, o engajamento cumulativo da iniciativa ultrapassa a casa de 960 bilhões de dólares, de origem privada e pública (instituições financeiras chinesas e estrangeiras, fundos soberanos nacionais de países parceiros e empresas privadas). O foco da iniciativa para os próximos anos está na produção de novas tecnologias (semicondutores e baterias), infraestrutura para facilitar o comércio, telecomunicações, recursos energéticos e projetos de conectividade terrestre, como ferrovias

(Nedopil, 2023). Os principais recursos dos projetos advêm do setor público, bancos de desenvolvimentos chineses e empresas chinesas que executam os projetos. De acordo com Michael Dunford, tais investimentos são estrategicamente pensados para alavancar o crescimento de países em desenvolvimento, a fim de que estes aumentem sua participação na economia e comércio internacionais, construam cadeias de valor industrial e sejam capazes de produzir empregos e fontes de receita, na mesma proporção que sustenta a ascensão do país e a crescente influência chinesa no mundo (Dunford, 2021).

A existência do BRI é importante e tem se mostrado como um aviso para a economia dos EUA, reforçam os autores Muhammad Arif Khan e Shah Nawaz Khan. Em 2013, quando lançado, foi subestimado pelo Ocidente e agora já possui o apoio e interesse de importantes setores, países e pessoas ao redor do mundo. Ambos os autores resgatam as contribuições de James Crabtree, analista geopolítico britânico, que argumenta a respeito do impacto que o BRI chinês teve nos investimentos em infraestrutura entre os anos de 2013 e 2020 no globo, tendo como consequência direta o aumento de comércio de bens e serviços chineses sem altos custos transacionais, a expansão do mercado consumidor do país e da demanda por produtos nacionais (Khan e Khan, 2022).

Ainda nessa lógica, o autor Huang Yiping reforça que é por meio da iniciativa e dos impactos gerados pelos projetos, investimentos e parcerias que os chineses constroem sua grande relevância mundial a partir de seus próprios modelos, princípios e regras. É uma maneira do país se envolver de maneira mais intensa na governança global e redes de comércios internacionais – algo que ficou mais evidente após o ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001 – e coordenar políticas internacionais dentro de um modelo cooperativo, sem necessariamente estabelecer relações bilaterais e/ou multilaterais com os países ricos do Norte Global, um padrão das relações comerciais globais (Yiping, 2016).

Nesse ínterim, a ascensão chinesa e o grande destaque global do BRI são fatores que incomodam incessantemente os Estados Unidos e seus aliados. Há anos o Sistema Internacional tem sido guiado pelas características e princípios da ordem liberal internacional e das instituições de Bretton Woods, com os Estados Unidos como potência hegemônica e os ideais de democracia liberal, paz democrática e livre-comércio como norte das políticas externas dos países (Yiping, 2016). Segundo Minghao Zhao, a administração de Donald Trump foi responsável por grandes mudanças na forma como os Estados Unidos se relacionavam com os chineses. Comparada com outras administrações prévias desde Richard Nixon, uma das maiores mudança de política externa no governo Trump foi em relação à

China, colocada como principal desafio para a agenda de segurança nacional (passando a Rússia), o que motivou a criação da *National Security Strategy* (NSS), em dezembro de 2017, com inúmeras citações que implicam a ideia de uma “ameaça chinesa” (Zhao, 2021).

Essa “ameaça chinesa”, segundo a narrativa norte-americana, perpassa por tópicos como a economia e segurança nacionais, diplomacia, ideologia e preocupações com propriedade intelectual em termos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Zhao enfatiza que a preocupação estadunidense é de que a China estaria promovendo sua ascensão política após a ascensão econômica – ainda mais após a introdução do BRI, importante pilar para a estratégia de desenvolvimento nacional e política externa chinesa –, o que representa um risco ao sistema político internacional e aos valores das nações democráticas aos moldes ocidentais (Zhao, 2021).

Sob o controle do ex-presidente Trump, Washington abandonou a política de engajamento de quatro décadas em relação a Pequim e as relações bilaterais com a China se tornaram extremamente conturbadas, com imposição de tarifas aos produtos chineses, aumento do escrutínio do investimento chinês e sua influência nos EUA. Desde que ingressou na Casa Branca, apesar das tentativas de afastamento da política externa trumpista do *American First*, a administração do atual presidente Joe Biden deu continuidade a uma série de esforços para estreitar as relações com os parceiros asiáticos na tentativa de contrabalancear forças com o BRI chinês. Além disso, Biden manteve as tarifas comerciais e sanções econômicas à China e a política discriminatória de vistos para pesquisadores chineses em território americano (Wei e Zhang, 2021). A conturbada relação bilateral entre os dois países levou a uma competição comercial e tecnológica que afeta ambos, além de ter impactos negativos no restante do globo. A China deixou de importar dos Estados Unidos, para importar da África, do Sul da Ásia e do Oriente Médio, ainda mais através do BRI (Khan e Khan, 2022).

A China foi chamada de “diplomacia da dívida” por Mike Pence, ex-vice-presidente dos EUA, por pressionar países a construir e investirem em portos que atendessem aos interesses chineses, criando uma complexa relação de credor-devedor com essas nações. A movimentação americana, nesse sentido, passou a ser o ato de convencer aliados a diminuir ou mesmo encerrarem a cooperação econômica com os chineses. Outra preocupação dos norte-americanos é a influência do BRI na segurança militar mundial, pois entendem que a China busca expandir o autoritarismo digital através de uma “Roda da Seda Digital”. Ou seja, para eles, o BRI seria um instrumento para a internacionalização da moeda renminbi e os padrões tecnológicos e políticos nacionais chineses (Zhao, 2021).

O contexto da disputa e os esforços empregados pelos EUA para tentar frear a ascensão chinesa, especialmente no campo comercial e tecnológico, levanta a discussão sobre a provável ameaça que a China promove em relação à hegemonia econômica estadunidense nas últimas décadas. No que se refere ao conceito de hegemonia entendido nesta pesquisa, retoma-se as ideias de Antonio Gramsci (1971), cujo trabalho focava na análise da formação social nacional e na ideia de que a noção de hegemonia social surgia nesse contexto. O autor italiano, que possui influências das ideias marxistas, considerava que o Estado capitalista possui duas esferas que se sobrepõem, uma “sociedade política” e uma “sociedade civil”, sendo a primeira a que governa pela força e a segunda a que governa pelo consenso. Para ele, a hegemonia ia além de uma questão de força imposta sobre outrem, era uma questão também de consenso: é a capacidade de uma classe obter o consentimento e legitimidade da outra para dominação. Ou seja, a esfera pública era regida e moldada a partir dos interesses da classe burguesa, que reproduzia seus instrumentos de dominação através dos meios de comunicação, da economia, da cultura, da educação e da religião, de maneira consentida e legitimada, – mesmo que inconsciente – era uma liderança intelectual e moral, para além do controle político e econômico (Gill e Law, 1993).

Stephen Gill (1993), que dialoga com a concepção gramsciana, argumenta que a ideia de hegemonia internacional é definida comumente pela literatura como o domínio e a liderança de uma potência sob outras dentro do Sistema Internacional. Para o autor, no entanto, esta é uma definição limitada e insatisfatória, uma vez que associa a ideia de forças sociais com entidades territoriais, sendo que essas não possuem fronteiras e delimitações. De acordo com Gramsci, o consenso é mais importante do que a ideia de coerção para entender a hegemonia e relação entre classes e entre o Estado e a sociedade civil (Gill, 1993). Robert Cox, nesse sentido, complementa essa ideia a partir do argumento de que a hegemonia é uma estrutura de valores e princípios – relativamente estáveis e inquestionáveis – a respeito da ordem que permeia um sistema de Estados e instituições não-estatais. A dominância de um Estado, portanto, não é o suficiente para classificá-lo como hegemônico, pois a hegemonia deriva dos estratos sociais predominantes nessas grandes potências que se integram e passam a fazer parte do estrato social de outras nações e regiões (Cox, 1990, apud Gill, 1993, p. 42).

Isto posto, o exercício da hegemonia ultrapassa a noção de sanções, punições ou incentivos coercitivos, pois envolve uma variedade de forças políticas e sociais, instituições e instrumentos materiais. Giovanni Arrighi (1993) acrescenta para a discussão a respeito ao atestar que um Estado dominante exerce sua hegemonia quando este lidera outros países do sistema a uma direção desejada de acordo com seus interesses e valores, propagado como

“interesse universal”. Ou seja, quando uma potência consegue guiar outros países nos seus caminhos e moldes de desenvolvimento (Arrighi, 1993).

Num breve resgate histórico, Leandro Karnal (2007) aponta que os Estados Unidos, desde sua formação, nutrem uma narrativa de “nação e povo escolhidos por Deus”, a ideia da existência de um “destino manifesto” que justificava seu sucesso, sua riqueza e crescimento econômico. No processo de êxodo rural da Inglaterra, os EUA foram vistos como terra de abundância e grandes promessas. Karnal destaca “[...] a ideia de povo eleito e especial diante do mundo é uma das marcas mais fortes na constituição da cultura dos Estados Unidos.” (Karnal, 2007, p. 39). É essa noção de superioridade e excepcionalismo estadunidense nos ajuda a compreender sua busca pela liderança global, especialmente após o fim da Guerra Fria.

Foi a partir do caos instaurado após o declínio da Inglaterra como hegemom com as duas Guerras Mundiais que os EUA tiveram espaço para ressignificarem e implementarem instituições e normas (Arrighi, 1993). Os autores Ikenberry (2005) e Tavares (1985), ainda nessa linha, reforçam que esse crescimento vertiginoso do pós-guerra foi sustentado pelas instituições e princípios liberais, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (em inglês, GATT), Fundo Monetário Internacional (FMI) e a OMC, por exemplo, além da solidificação do dólar como moeda internacional e base de projeção dos Estados Unidos no globo e o modelo de democracia ocidental (Ikenberry, 2005; Tavares, 1985).

A partir disso, em uma ordem liberal internacional pelos moldes estadunidenses, o país se expandiu econômica, militar e politicamente, ao ponto de adquirir o *status* de hegemom ocidental, legitimado por meio de instituições e regras e pelo consenso dos países sob sua influência, numa espécie de força gravitacional. Apesar da crise conhecida por muitos autores como período de “estagflação” na década de 70 e início dos anos 80, caracterizado pela combinação de baixas taxas de crescimento econômico, altos níveis de desemprego e elevada inflação que levaram aos colapsos financeiros e aos desequilíbrios sequenciais que criaram crise no sistema liberal, os EUA conseguiram atravessar esse período e retomar seu crescimento e hegemonia a partir de uma política monetária interna e externa que tentou reverter o cenário e reorganizar o Sistema Internacional. À custo de terem que mergulhar dentro de si mesmos, causar prejuízos à própria economia pelo aumento massivo das taxas de juros e pressionar o parque produtivo industrial que colapsa em recessão, essa política foi implementada, misturando elementos keynesianos com uma política monetária dura (Tavares, 1985).

O autor José Luís Fiori nos localiza, a partir do que foi exposto anteriormente, na discussão a respeito da Teoria da Estabilidade Hegemônica, formulada justamente nesse período de intensa crise internacional após o fim do sistema de Bretton Woods, em que autores como Charles Kindleberger (1973) e Robert Gilpin (1987) compreenderam a necessidade da existência de uma economia liberal centrada em um país que fosse estabilizadora e provedora dos “bens públicos” indispensáveis – como uma unidade monetária mundial e o livre-comércio – para manter o bom funcionamento da ordem liberal existente e evitar uma nova Grande Depressão, como em 1930. Segundo eles, sem essa potência liberal dominante, a cooperação internacional se mostrou muito mais difícil de ser mantida. A partir de então, o conceito de “hegemonia mundial” passou a ser designado para se referir a esse Estado de poder global e legítimo, com referências à tese de Edward Carr (Fiori, 2005).

Fiori destaca que, para essa teoria, haveria uma relação causal entre ordem e hegemonia. Os mecanismos que nos ajudam a entender essa correlação entre hegemonia e ordem são: a hegemonia tem uma quantidade de recursos materiais (poderio bélico e riqueza econômica) suficientemente grande para enfrentar qualquer rival. Esta tem um peso tão importante que exerce sob outros países uma grande força e efeito gravitacional, sustentado pelo fornecimento de “bens públicos globais” - estabilidade monetária, por exemplo, ou mesmo segurança, margem de cooperação internacional, padronizações de setores tecnológicos e de comunicação. Ainda há um quarto ponto: o poder das ideias, da cultura e do intangível das hegemonias, ou seja, o poder que a hegemonia exerce sobre o imaginário coletivo internacional, e essa variável é trazida pelos gramscianos (Fiori, 2005).

A discussão que permeia a academia atualmente é se, mais uma vez, a hegemonia pautada nos EUA está em desequilíbrio – como se mostrou em 70 –, especialmente após a sequência de eventos e variáveis que sugerem crise da ordem liberal internacional (o conjunto de normas e instituições consolidado a partir de ideologias e princípios do Ocidente liberal, com os Estados Unidos no centro), como a crise de 2008, o próprio avanço e destaque chinês, a Guerra da Ucrânia, a pandemia de Covid-19 que teve início em 2020, a descrédibilização e travamento das instituições internacionais históricas – como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a ascensão da extrema-direita em diversos países em detrimento do modelo de democracia liberal, além da crise do multilateralismo – especialmente após o trumpismo.

John Mearsheimer argumenta, nesse sentido, que a ordem liberal internacional tem “destino ao fracasso”, pela contradição interna irreparável e pelos pontos de tensão inevitáveis. De acordo com ele, essa ordem só funciona se o mundo for unipolar, pela

supremacia militar e capacidade de uma potência exportar seus valores políticos-econômicos. A guerra deixa de ser anomalia (a exemplo das intervenções estadunidenses) para manter o ordenamento, isso gera nacionalismos diversos e sentimento de revanchismo. As organizações internacionais geram também desigualdades, segundo ele, e isso abre espaços para a ascensão de governos que questionam esses valores liberais, o que é contraditório. Outro paradoxo é o econômico, em que para a manutenção da ordem é preciso que haja a globalização, mas esta também permite a ascensão de potências rivais (Mearsheimer, 2019). Por esta lógica, a ascensão chinesa na geopolítica mundial e a pressão proporcionada pelo BRI em termos de comércio e infraestrutura se tornam fatores de preocupação para os EUA em sua influência e hegemonia econômica no globo, especialmente nos últimos anos e quando somados aos outros eventos e conflitos citados.

A Partnership for Global Infrastructure and Investment do governo Biden, sua proposta e objetivos em resposta ao Belt and Road chinês

A política externa do governo Biden em relação à China segue, como mencionado na primeira seção, uma lógica semelhante ao posicionamento político combativo e irreverente da administração de Donald Trump, seu antecessor, na medida em que promove bloqueios e embargos comerciais aos chineses como parte de sua estratégia comercial dentro da competição tecnológica sino-americana. Sua gestão marca uma abordagem mais complexa e cheia de nuances na competição estratégica entre China e Estados Unidos, com ênfase na importância de competir por uma posição de poder. O autor Minghao Zhao ressalta que o conceito de competição para o presidente se ancora em preceitos ideológicos, isto é, em uma disputa entre dois sistemas políticos distintos, com uma busca irrefreável dos Estados Unidos de assegurar e propagar seu estilo de democracia, “curar” divergências domésticas e reafirmar supremacia sobre a China e o Partido Comunista Chinês, bem como reforçar sua influência econômica – e sua hegemonia – em regiões aliadas (Zhao, 2021).

A diferença de sua abordagem para a de Trump está no fato de que Biden procura estabelecer as relações bilaterais entre os países a partir de três aspectos: o de competição, confronto e cooperação. Este último refere-se à cooperação em áreas de interesse dos Estados Unidos, evidentemente, mas mostra-se um avanço frente à hostilidade mostrada no governo anterior. Nessas movimentações estratégicas, observa-se o esforço em construir alianças com países desenvolvidos e estratégicos geopoliticamente para os objetivos nacionais, como veremos na seção 3 deste artigo, com a retomada e atualização do Diálogo Quadrilateral de

Segurança (Quad) entre os EUA, Japão, Índia e Austrália. Essa nova conduta administrativa tenta retomar o multilateralismo institucional e interestatal para recuperar a força da influência que os Estados Unidos carregam nos espaços diplomáticos – algo que o trumpismo abandonou e menosprezou –, ainda mais num contexto globalizado desafiador para o *status* de hegemon do país (Trang, 2023).

Sua política externa traduz as estratégias de reunir aliados e parceiros asiáticos e europeus para oferecerem alternativas econômicas às oferecidas pelos chineses, tudo isso para evitar o que apontam como uma tentativa da China de reconfigurar a ordem mundial. Para isso, entre os objetivos de Biden para recuperar a credibilidade dos Estados Unidos perante os principais aliados, destaca-se a movimentação estratégica de aumentar a presença militar norte-americana na região do Mar Meridional da China, a fim de equiparar poder naval e dissuadir a China em seus objetivos políticos e militares, além de advogar por certa liberdade de navegação e defesa cibernética nas extensões territoriais próximas. Há ainda um outro fator que aumenta a preocupação dos americanos dentro dessa temática militar e política: a aproximação da China e da Rússia dentro do contexto da Guerra da Ucrânia (Trang, 2023).

Foi ainda em 2021, seu primeiro ano de mandato, que os primeiros esboços de uma iniciativa para contrabalançar a China começaram a ser evidenciados, a partir do anúncio do *Build Back Better World* (B3W) em junho do mesmo ano, idealizada num contexto de fraqueza pós-pandêmica do BRI. A ênfase do B3W, no momento de seu anúncio, foi o de contemplar o apoio de democracias desenvolvidas num movimento de cooperação para ajudar países em desenvolvimento a reduzir a necessidade de infraestrutura de mais de US\$40 trilhões de dólares. Os EUA propuseram, naquele momento, seis princípios orientadores, incluindo uma cooperação orientada por valores, a mobilização de capital privado por meio do financiamento do desenvolvimento e aumento do impacto das finanças públicas multilaterais (Zhao, 2021). Esses esforços evidenciam que, desde que assumiu o poder, Joe Biden orientou a política externa americana para uma posição de confronto aos apontados abusos econômicos da China, com o objetivo de contrariar suas ações coercitivas e impedir os ataques aos direitos humanos, propriedade intelectual e ideal de governança global (Wei e Zhang, 2021).

Nas palavras do secretário de Estado, Antony Blinken, em março de 2021, a “China é o único país com o poder econômico, diplomático, militar e tecnológico de desafiar seriamente o sistema internacional aberto e estável – todos os valores, regras e relações que fazem o mundo funcionar da maneira que queremos, pois serve aos interesses e reflete os valores do povo americano”. O secretário ainda ressaltou que a principal postura dos EUA em

relação aos chineses seria de competitividade quando necessário e colaborativa quando poderia ser. Segundo ele, o denominador comum da relação bilateral seria envolvê-los a partir de uma posição de força, angariando apoio de aliados e parceiros para retomar a influência na diplomacia e nas organizações internacionais, espaços que a China ocupou (Blinken, 2021). Wei e Zhang apontam, nesse sentido, que nenhum outro país desafia a ordem liberal dos Estados Unidos lograda após a Segunda Guerra Mundial da forma como a China faz. Agora que os EUA encontraram um competidor à altura, mobilizarão todos os meios e recursos à disposição para deter e frustrar o competidor (Wei e Zhang, 2021).

Até o início do ano de 2021, porém, a iniciativa B3W permanecia sendo mais uma grande visão político-comercial do que uma rota de ação, uma vez que faltavam detalhes importantes e robustos quanto à forma de mobilização do investimento privado e quanto à quantidade de capital que os EUA e os parceiros globais deveriam investir e como coordenar as prioridades (Wei e Zhang, 2021). Havia pouco incentivo para o setor privado participar nos investimentos, sem mencionar a falta de consenso entre os membros do G7 em áreas de prioridade para a iniciativa. O objetivo era não tornar a relação entre o B3W e o BRI um jogo de soma-zero (Zhao, 2021).

Foi somente em junho de 2022, durante a Cúpula dos Líderes na Alemanha, que surgiu a *Partnership for Global Infrastructure and Investments*, anteriormente conhecida pela roupagem de *Build Back Better World* (que se inspirou no nome do projeto de lei doméstica não aprovada no Congresso), numa espécie de remodelação de imagem e objetivos, em parceria com os países do G7 – Japão, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Canadá. Em anúncio pela plataforma virtual oficial da Casa Branca, o governo dos Estados Unidos explica que a PGII tem como objetivo ser uma parceria de infraestrutura transparente, orientada por valores de alto-impacto, que movimentará investimentos públicos e privados em infraestrutura em países de baixa e média renda. A ideia é arrecadar cerca de 600 bilhões de dólares em investimentos até 2027, sendo que 200 bilhões seriam apenas dos EUA, para projetos de sustentabilidade que “fortaleçam a segurança nacional”. Os países do G7 e demais parceiros e instituições do Ocidente prometem se mobilizar para os investimentos, através de bancos multilaterais de desenvolvimento, empresas privadas e fundos soberanos (The White House, 2022).

Para além de buscar atender as necessidades no desenvolvimento estrutural desses países por meio dos empréstimos anunciados como mutuamente benéficos, um grande objetivo é angariar apoio para as decisões e movimentações dos EUA em seus interesses econômicos e de segurança do país e seus aliados. Entre os principais focos estruturais

elencados para a PGII, estão: 1) a ideia de enfrentar a crise climática efetivamente e de maneira sustentável para garantir a segurança energética global; 2) desenvolver e ampliar redes de telecomunicações e infraestrutura digitais de comunicação com forte estrutura de segurança de dados; 3) promover a igualdade e equidade de gênero; 4) e desenvolver e modernizar os sistemas de saúde para ampliar a segurança global, ainda mais após a pandemia de Covid-19 em 2020. Uma das declarações em destaque nesse anúncio oficial enfatiza que a PGII será a maneira de mostrar como milhões de dólares podem mobilizar outras dezenas e centenas de milhões como investimentos adicionais, criando uma cadeia de capital que se converte em desenvolvimento tecnológico, comercial e estrutural (The White House, 2022).

Como outros exemplos de iniciativas para tentar frear o avanço do *Belt and Road* que antecederam e pavimentaram a existência da PGII, destacam-se o *Globally Connect Europe*, iniciativa da União Europeia (UE) com o objetivo de conectar a Europa e a Ásia; o *The Blue Dot Network* (BDN), em 2019, sob a administração de Trump, com o consenso do Japão e da Austrália para conter a China estrategicamente e coordenar o desenvolvimento de projetos de infraestrutura ao redor do mundo; além do *Three Seas Initiative* (3SI), lançado em 2015 também pela União Europeia, a fim de encorajar a prosperidade econômica. Essa última iniciativa, inclusive, contou com o apoio de Trump, que se dispôs a investir um bilhão de dólares no projeto, pois viu ali uma oportunidade de manter as nações europeias “fortes, livres e alinhadas com os EUA” (Khan e Khan, 2022; Zhao, 2021). Na mesma linha, a UE introduziu o *Getaway Global* como estratégia de infraestrutura, com a proposta de funcionar fora da região por meio de cabos de fibra e transmissão de água potável (Khan e Khan, 2022).

Entre os projetos emblemáticos anunciados em nome da iniciativa PGII, está o realizado em parceria com a empresa de telecomunicações dos EUA chamada SubCom, que assinou um contrato no valor de US\$600 milhões de dólares para a construção de um cabo submarino de conectividade e alta velocidade que atinge 17.000 km de extensão e que ligará Singapura à França, abrangendo as regiões do Sudeste Asiático, Oriente Médio e Europa Ocidental. Há também o programa Digital Invest que promete alavancar US\$3,45 bilhões de dólares de financiamento público e da Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID, sigla em inglês) para a mobilização de mais de US\$300 milhões de dólares em capital de investimentos para empresas e fornecedores de tecnologia financeira e Internet nas regiões da África, Ásia e América Latina, com o objetivo de construção de rede de conectividade segura para os países em desenvolvimento. Essa mesma agência norte-americana prometeu investir cerca de 40 milhões de dólares na descarbonização e fortalecimento energético da região do Sudeste Asiático através do Programa de Energia

Inteligente, visando fortalecer o comércio regional de energia e acelerar a implementação de energia limpa (The White House, 2022).

Desde o seu lançamento, os líderes do G7 e o governo dos Estados Unidos buscam reunir esforços para impulsionar os projetos idealizados, especialmente no setor privado. Na Cúpula dos Líderes do G7 em maio de 2023, juntaram-se às discussões altos funcionários da Austrália, Comores, Ilhas Cook, Índia, Indonésia, Vietnã, a República da Coreia e do Banco Mundial, além de figuras importantes de companhias privadas, como executivos do Citi e da Nokia, por exemplo. O objetivo das negociações voltou-se à identificação de métodos para arrecadação de fundos públicos e privados dentro de um canal sustentável de investimentos em países em desenvolvimento (The White House, 2023).

Para além disso, cabe evidenciar a ênfase direcionada ao desenvolvimento de corredores econômicos estratégicos que interligam economias através de infraestruturas de transporte e conectividade energética. Entre os projetos evidenciados pelo presidente Biden como promissores, estão o *Lobito Corridor*, que se trata de um projeto de ferrovia que perpassa o continente africano e torna-se uma rota mais curta para os mercados dos EUA e da Europa para transação de minerais e produtos da República Democrática do Congo e da Zâmbia através da Angola. Este é um caminho para concretizar a Zona de Comércio Livre Continental Africana e ocupar qualquer tipo de lacuna deixada pelo BRI chinês na região, como analisa Peter Fabricius, do Instituto de Estudos de Segurança (ISS, sigla em inglês) (Fabricius, 2023).

Diferentemente do BRI, que se sustenta majoritariamente a partir dos investimentos estatais, a fundação da PGII se entrelaça de tal maneira com o setor privado que se cria uma enorme dependência das grandes empresas para que os projetos sejam concretizados. O pesquisador do Instituto de Estudos em Governança Global, Zhu Ming, aponta que existem três obstáculos para os investimentos privados nos projetos de infraestrutura para os países em desenvolvimento: 1) os riscos financeiros e certa imprevisibilidade inerente; 2) o risco nacional em mérito de soberania; e 3) a dificuldade de estabelecimento de uma cadência de projetos. Nesse sentido, avalia ele, os países em desenvolvimento teriam poucos benefícios advindos dos projetos, uma vez que as grandes empresas investem com o objetivo primordial de gerar lucro e receita. Houve um crescimento de quase 20% dos fluxos globais de Investimento Estrangeiro Direto (IED) para economias em desenvolvimento entre 2019 e 2022, sendo a região da Ásia a que apresenta maior registro de crescimento (mais de 50% dos fluxos globais de entrada), de acordo com relatório da ONU. No entanto, ainda existem grandes lacunas de investimentos, vide capacidade institucional insuficiente e planejamentos

ineficientes que geram atrasos e excessos de custos, o que, conseqüentemente, aumenta o risco de financiamento por investidores privados (Ming, 2022b).

Ademais, é preciso quebrar as barreiras de crédito que muitas cidades desses países em desenvolvimento apresentam, uma vez que muitas não possuem acesso à financiamento nos mercados financeiros internacionais. Zhu Ming afirma que “[...] está claro que as inovações globais de financiamento do desenvolvimento não foram suficientemente robustas para melhorar a oferta e a distribuição injustas de financiamento do desenvolvimento em nível nacional e subnacional” (Ming, 2022b, p. 202, tradução livre). Em paralelo ao BRI, que conta com diversas empresas construtoras parceiras de Beijing e obtém progresso em inúmeros projetos de infraestrutura ao redor do mundo a partir do investimento de aproximadamente US\$ 1 trilhão de dólares em construções físicas – com projetos que acumulam trilhões em financiamento em mais de 125 países –, a PGII aparenta estar em desvantagem. Para reforçar seus argumentos, Ming acrescenta que das 20 maiores empreiteiras de construção, nenhuma é estadunidense e 14 são chinesas, o restante sendo de países europeus (Ming, 2022b). Em relatório divulgado pela plataforma de pesquisa *Mordor Intelligence*, estima-se que o mercado de construção chinês tem previsão de crescer para até US\$ 7 trilhões até o ano de 2028, dado o grande salto produtivo no país e incentivo estatal, que diminuíram o fluxo pós-pandemia de Covid-19, mas retornam lentamente ao ritmo original, ainda mais após a urbanização crescente nacional (Mordor Intelligence, 2024).

Quando ainda era conhecida por *Build Back Better World*, a iniciativa PGII levantava dúvidas quanto à sua efetividade por autores e estudiosos da área. São Guy Burton e Roie Yellinek que apontam que para a iniciativa estadunidense se igualar ou superar o BRI chinês, é preciso que o G7 se organize para alcançar o nível de infraestrutura da iniciativa chinesa em termos do investimento em si e quais serão os investidores (no caso da China, são empréstimos e investimentos duplos – governo e bancos políticos). De acordo com os autores, o BRI tem seu enfoque voltado para o desenvolvimento estrutural e para a conectividade econômica através das rotas terrestres e marinhas (barragens, usinas de energia, estradas, telecomunicações, etc). A PGII, por sua vez, tem seu enfoque voltado para o Índice de Desenvolvimento Humano e para os investimentos em saúde, igualdade de gênero, educação, mudança climática, projeção de poder econômico e tecnologia digital. São identificadas lacunas sem respostas e falhas no projeto, como o funcionamento da parte financeira e os mecanismos para evitar endividamento insustentáveis para os países contemplados, que é o que a narrativa do G7 costuma apontar que acontece dentro dos acordos do BRI (Burton e Yellinek, 2021).

O autor Zhu Ming ainda argumenta que a PGII não ajudará os países em desenvolvimento como assegurado em seu objetivo político-econômico e também é insuficiente para conter o BRI chinês – apontado como um objetivo secundário e presente nas entrelinhas. De acordo com o autor, esses países realmente necessitados dos investimentos financeiros e da infraestrutura não serão contemplados ou beneficiados da forma como o anúncio da iniciativa promete, como é o caso da África. Boa parte dos investimentos se voltam para os países do continente europeu e/ou asiático, ainda mais após a eclosão da Guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022. Para além disso, como já mencionado por outros autores, há um problema com a origem dos investimentos: para Ming, há um paradoxo interno dentro da iniciativa, uma vez que o objetivo de angariar US\$ 600 bilhões de dólares parece ambicioso demais para a capacidade atual do bloco G7 em lidar com investimentos, o que força os Estados Unidos a procurarem aliados externos – países ricos do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), por exemplo. Uma grande barreira, no entanto, está no fato de que esses países não estão inclinados a se indispor com a China, especialmente em âmbito comercial e econômico, ou fazer parte dessa competição geopolítica entre as duas potências, vide a cooperação multidimensional entre o Conselho e o gigante asiático (Ming, 2022a).

Inserido nessa lógica, ainda, está o fato de as duas economias se relacionarem de maneira intrínseca, com mercados que se conectam direta e indiretamente. Em dados divulgados pelo Instituto Peterson de Economia Internacional (PIIE, sigla em inglês), organização de pesquisa independente, as importações de bens de consumo dos Estados Unidos provenientes da China, em 2023, aumentaram cerca de 6% comparado com o ano de 2021, o que causa certo estranhamento dado que espera-se certa dissociação entre os dois países, uma vez que vivem uma competição tecnológica e comercial acirrada e as taxa tarifárias remanescentes desde Trump. Os EUA dependem do mercado chinês para as exportações agrícolas, especialmente da soja. Os produtos que não são alvo das tarifas da guerra comercial são os que causam essa relação de interdependência sino-americana. O instituto revela que somente esses produtos são responsáveis por um aumento de mais de 40% nas importações no ano de 2022 em comparação com os 12 meses anteriores à guerra comercial (Bown, 2023).

Essa interdependência revela que uma relação bilateral conturbada pode ser prejudicial para ambos os países em termos comerciais e restrições de importação e exportação. A competição econômica projetada na existência da PGII e do BRI é mais uma faceta desse jogo geopolítico. A iniciativa americana com o G7, por essa perspectiva, é mais um instrumento de política externa dentro da narrativa que coloca a China como ameaça. Como parte estratégica

de seu governo, Biden e membros de sua administração entendem que para competir com a China, a guerra de narrativa contra o BRI e o pedido de não-engajamento de outros países, além de um embate direto de projeto por projeto pode não ser suficiente. A percepção do governo, que se manifesta no surgimento da *Partnership for Global Infrastructure and Investment*, é de que essa competição precisa ser feita multilateralmente, de preferência com aliados e parceiros que tenham a mesma opinião e se alinhem com os interesses americanos (Wei e Zhang, 2021).

O *India-Middle East-Europe Corridor* (IMEC) da PGII e a importância da região do Indo-Pacífico para as estratégias dos Estados Unidos em relação à China

Nas declarações de Joe Biden e altos funcionários de seu governo, a região do Indo-Pacífico representa um grande interesse geopolítico, comercial e econômico dos Estados Unidos, pela geografia estratégica que conta com diferentes países aliados importantes dos americanos em seus objetivos de política externa. Foi ainda durante a administração de Donald Trump que houve inúmeros esforços para enriquecer e refinar a Estratégia Indo-Pacífico pela introdução de diversas políticas e medidas relativas à economia, segurança e democracia, com o objetivo de promover “interconexão responsável” e “infraestrutura de alta qualidade” a partir dos princípios de transparência, respeito à lei e proteção ao meio ambiente. Para além disso, houve certo aprofundamento da coordenação com países como Japão, Austrália e Índia para oferecer aos Estados do Indo-Pacífico empréstimos mais vantajosos para construção de estações de energia, pontes, portos etc (Zhao, 2021). Trump tentou impulsionar o que chamaram de *Indo-Pacific Economic Vision* para alavancar sua instituição econômica, além da já citada iniciativa *Blue Dot Network* em parceria com o Japão e a Austrália para competir com a China (Wei e Zhang, 2021).

De acordo com Minghao Zhao, a administração de Trump deixou claro que essa aliança entre os quatro países era para reduzir a dependência econômica da China e que a intenção era ser uma união que se assemelhasse à OTAN, a fim de criar uma aliança multilateral forte na região, algo que não foi tão comum em sua administração (Zhao, 2021). A característica de tentar unir aliados regionais em um objetivo comum – aqui o de contrabalançar o crescente poderio econômico da China – foi algo mais forte no governo Biden, que afirmava a relevância das alianças para os objetivos de política externa e para o exercício pleno da democracia na liderança do país. Entre os primeiros movimentos após assumir o cargo da presidência, está o envio do Secretário de Estado, Anthony Blinken, em

visitas aos países aliados da Europa e da Ásia para reforçar os pontos de contato e compromisso entre os países. Blinken reafirmou diversas vezes a importância da aliança com o Japão, por exemplo, especialmente para alcance de paz, segurança e prosperidade na região do Indo-Pacífico a partir da coordenação de ações em áreas como a de mudanças climáticas, energia limpa e cibersegurança (Wei e Zhang, 2021).

Dentro desse contexto, Biden elevou a cooperação e aproximação do QUAD – revivido ainda com Trump –, o já mencionado diálogo de segurança entre Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia iniciado ainda em 2007 pelo primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, com o objetivo de enfrentar a ascensão chinesa dentro da Ásia-Pacífico. Apesar da política trumpista do *American First* que prejudicou amplamente quaisquer benefícios que os Estados Unidos pudessem colher dos esforços de estabelecer alianças, quando Joe Biden assumiu o posto de presidente, houve diversas movimentações e esforços sistemáticos para tranquilizar alianças e parceiros e mobilizar nações com ideias semelhantes na competição estratégica com a China, mencionam os autores Wei e Zhang. Foi em fevereiro de 2021, por iniciativa de Blinken, que foi realizada a terceira reunião ministerial do Quad, virtualmente. Nessa reunião, os ministros se comprometeram a defender “uma ordem internacional baseada em regras”, a fim de garantir que a região do Indo-Pacífico fosse livre, aberta e inclusiva para realização dos esforços nas principais áreas de desenvolvimento e desafios (Wei e Zhang, 2021).

A citada elevação do Quad por Biden traduziu-se como a transformação do diálogo para um patamar ainda mais formal, com o compromisso de reuniões que ocorressem no mínimo anualmente em uma Cúpula de Líderes institucionalizada, tudo para que a cooperação entre os países fosse facilitada e a modelação da região do Indo-Pacífico se alinhasse com os interesses geopolíticos e geoeconômicos mútuos da aliança. Para os Estados Unidos, o Quad faz parte dos objetivos estratégicos para competição com a China e desenvolvimento de uma ordem regional que perpetue a hegemonia e influência americana. Um “Indo-Pacífico livre e aberto”, apesar de não ter um significado muito claro, possui, segundo Wei e Zhang, três dimensões: politicamente, significa o apoio à ordem liberal (em detrimento da “ordem autoritária chinesa”) e seus princípios de democracia e direitos humanos; economicamente, significa o apoio à economia de mercado e investimento no setor privado sem grandes intervenções estatais; e militarmente, significa a segurança da região e o compromisso militar dos EUA, a liberdade marítima para navegação no Mar da China Meridional em acordo com o Direito Internacional e, por fim, negociações pacíficas na agenda de disputas marítimas (Wei e Zhang, 2021).

Fica claro que o maior interesse dos Estados Unidos na região, para além das agendas com o Quad, é competir direta e indiretamente com a China. A preocupação de Biden em relação aos chineses vai muito além do poderio econômico, mas também envolve questões políticas, militares e tecnológicas (vide disputas na produção de semicondutores e chips). É uma visão mais ideológica de disputa por poder, com ênfase nos valores democráticos de direito do Ocidente e nas perspectivas liberais de mercado. Sua abordagem para enfrentamento envolve primordialmente o alinhamento com outros países para fazer frente à China, sendo o aspecto do multilateralismo algo essencial para sua estratégia (Wei e Zhang, 2021). A região do Indo-Pacífico e os países do Oriente-Médio, nesse sentido, configuram-se como peças-chave nas estratégias estadunidenses, algo reforçado e repetido diversas vezes pela administração de Biden.

Pela plataforma virtual oficial da Casa Branca, em novembro de 2023, os EUA reforçam esse posicionamento ao informar que a *Partnership for Global Infrastructure and Investment*, em conjunto com o *Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity* (IPEF) e o setor privado, reunirá esforços para escalar investimentos de alto-padrão, criar economias mais resilientes e promover o desenvolvimento sustentável na região do Indo-Pacífico. A promessa pro futuro próximo é continuar envolvendo o setor privado nas oportunidades de investimento nos mercados dos países de baixa e média renda. Nesse mesmo informe, a Casa Branca lista os diversos projetos realizados através dos investimentos públicos e privados americanos na região do Indo-Pacífico, como o Fundo de Transição Verde da Índia, um fundo de crédito privado que prevê benefícios de impacto climático e de desenvolvimento de energia limpa na Índia, além da adesão às políticas e procedimentos sócio-ambientais da Corporação Financeira para o Desenvolvimento Internacional (DFC, sigla em inglês) dos EUA. Ademais, os EUA anunciaram um novo Acelerador de Investimentos da PGII que voltará o empenho e o foco de investimentos para setores-chave identificados pelos parceiros do IPEF. Concomitante a isto, surge o Facilitador de Preparação de Projetos IPEF, que objetiva trazer fundos adicionais para sustentar o ciclo completo de preparação do projeto (The White House, 2023b).

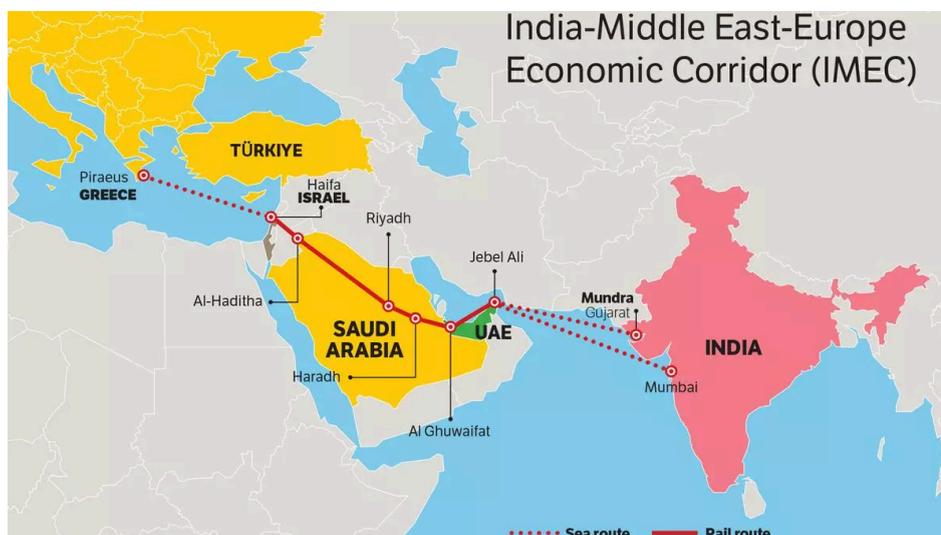
No permeio desse enquadramento político, durante a Cúpula do G20 em 9 e 10 setembro de 2023 na cidade de Nova Delhi, na Índia, o *India-Middle East-Europe Corridor* (IMEC) é apresentado como um dos projetos mais promissores da PGII para os próximos anos. Em documento oficial de acordo divulgado pela Casa Branca, a Arábia Saudita, Índia, Emirados Árabes Unidos, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos da América se unem em comprometimento para estabelecer o IMEC e desenvolver economicamente a região

abrangida a partir de melhor conectividade e integração econômica entre Ásia, Golfo Árabe e Europa. Ainda de acordo com informe oficial, o IMEC será composto por dois corredores: o leste, que ligará Índia ao Golfo Árabe; e o norte, que ligará o Golfo Árabe à Europa. A ideia é incluir a ferrovia que fornecerá uma rede de trânsito transfronteiriço navio-ferroviário para complementar as já existentes rotas de transporte marítimo e rodoviário, a fim de facilitar o fluxo comercial de bens e serviços. Para além disso, há o comprometimento em instalar cabos de eletricidade e conectividade digital, com a visão a longo prazo de proteger cadeias de abastecimento regionais, bem como melhorar a acessibilidade ao comércio e trabalhar nas agendas de impactos ambientais e sociais. A longo prazo, o IMEC deve ser um meio importante de aumento de eficácia e redução de custos comerciais, além de gerador de empregos. Nas palavras de Biden, a frase “corredor econômico” é algo que o mundo todo se acostumará a ouvir com frequência na próxima década – um esforço focado em infraestrutura regional que refletirá resultados econômicos em diversos outros países e setores (The White House, 2023a).

Ranjit Kumar, jornalista e analista de assuntos estratégicos do jornal virtual ABP Live, aponta que o corredor econômico IMEC da iniciativa ocidental representa uma ameaça plausível ao BRI da China na região-alvo, uma vez que possui o potencial de desviar as cadeias de abastecimento da China para os conglomerados da Índia, Arábias e Europa. No entanto, o IMEC ainda está em fase inaugural e preparatória, sendo difícil – por enquanto – dimensionar seu poder de competição com os projetos fomentados pelo BRI, que já conta com mais de 10 anos de existência e maturidade. Segundo a reportagem, esse projeto de conectividade multilateral é mais um dos fatores que apontam para a renovação de aliados políticos do Oriente Médio e da rota comercial de especiarias (Kumar, 2023).

Os portos idealizados que ligarão portos indianos, persas e egípcios à anteriormente citada linha ferroviária europeia que desembocará nos portos do Mediterrâneo prometem diminuir custos de transporte e tempo de traslado de mercadorias. A Índia, nesse sentido, alinhada aos objetivos estratégicos dos EUA, tornaria-se uma alternativa à cadeia de abastecimento chinesa e reduziria a dependência existente dos fornecedores chineses. O terreno de negociação já fora previamente preparado pelos Estados Unidos na sua aproximação política à Índia, Israel e Emirados Árabes Unidos, sempre com o objetivo de manter e nutrir sua influência na região. Quanto à reação chinesa, esta foi positiva e cordial, uma vez que o gigante asiático se mostrou receptivo a acolher toda e qualquer iniciativa que promova o desenvolvimento de infraestruturas globalmente (Kumar, 2023). O mapa abaixo – Figura 1 – ilustra como será o IMEC:

Figura 1: O India-Middle East-Europe Corridor



Fonte: Frontline - The Hindu, 2023⁴.

Em declaração oficial à imprensa no dia da reunião de líderes do G20, o vice-assessor principal da área de Segurança Nacional dos EUA, Jon Finer, mencionou que o IMEC se trata de uma demonstração mais clara e precisa do que significa a PGII e a noção de desenvolvimento de infraestrutura mais “transparente e sustentável” em alto padrão. Há a narrativa de que a alternativa americana é um esforço para contrastar iniciativas de outros atores globais como a China, que sujeitam os países parceiros a dívidas exorbitantes e infraestruturas de baixa qualidade e não-sustentáveis ao meio ambiente. Em paralelo a essas movimentações e diálogos, a administração de Biden concentrou-se em realizar reformas em bancos multilaterais de desenvolvimento, como o próprio Banco Mundial com a nomeação de Ajay Banga (indiano-americano) para chefiar a instituição, alinhado aos objetivos estadunidenses de servir como alternativa ao BRI (India-Middle East..., 2023).

Sreeram Chaulia, cientista político e profissional de Relações Internacionais, argumenta que o IMEC chama a atenção da mídia e dos estudiosos da área na medida em que se mostra uma peça geoeconômica da PGII extremamente ousada, visto que, em grau de escala e impacto possíveis, o corredor reúne países de alta capacidade de reunião de recursos e meios para produção, abastecimento e renovação de zonas de influência. Desse modo, caso concretizado da maneira planejada, pode ajudar a tornar a globalização com foco na China

⁴ Disponível em:

<<https://frontline.thehindu.com/world-affairs/how-the-india-middle-east-europe-economic-corridor-opens-up-a-passage-of-possibilities/article67344064.ece>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

algo menos “ameaçador” e/ou preocupante. Todos os países envolvidos podem sair beneficiados desse projeto, principalmente em função do aumento do fluxo comercial nas áreas abrangidas e crescimento da arquitetura de transporte regional. Por mais que não diretamente envolvido nas operações físicas do IMEC, os EUA são o principal motor de idealização e planejamento estratégico diplomático (Chaulia, 2023).

Por essa lógica, é possível compreender a importância desse projeto dentro de todo o contexto de existência da PGII. A região do Indo-Pacífico e, conjuntamente, a do Oriente Médio, são pontos vitais para a hegemonia estadunidense e sua manutenção de influência nesses países, a fim de garantir a prosperidade econômica, comercial e política nacionais, além do freamento do avanço chinês. Essa preocupação é ainda maior quando atesta-se que, somente no Oriente Médio, a China já possui acordos e parcerias estratégicas no âmbito do BRI com mais de 20 países árabes, a partir de relações de fornecimento de matérias-primas e fluxos de capital, importantes para a economia chinesa. Ademais, a China avança militarmente na região do Indo-Pacífico a cada dia e seu envolvimento com questões políticas e de segurança com parceiros históricos dos EUA dentro do Golfo Árabe é crescente (Tan, 2023).

Na aproximação das eleições presidenciais americanas de 2024, os desdobramentos das estratégias voltadas para a região do Indo-Pacífico e, conseqüentemente, para o futuro do IMEC, demonstram imprevisibilidade, dado que a depender de quem assumirá o poder pelos próximos anos nos EUA, as movimentações políticas podem seguir rumos distintos. A partir do histórico, o ex-presidente e – mais uma vez – candidato republicano à presidência Donald Trump sempre demonstrou postura mais isolacionista para a política externa do país, em contrapeso com o multilateralismo acentuado de Biden.

Em notícia divulgada pelo *Voice of America News* (VOA News), plataforma voltada para divulgação de notícias dos Estados Unidos em mais de 40 línguas, os Estados Unidos, num futuro próximo, está disposto a usar todas as ferramentas e instrumentos possíveis para impulsionar sua vantagem na competição comercial e tecnológica contra a China. No plano orçamentário para o ano fiscal de 2025 de Biden, que busca a reeleição, é exigido o valor de US\$ 4 bilhões de dólares durante cinco anos apenas para esse propósito, sendo US\$ 2 bilhões para a construção de um fundo de infraestrutura internacional que seja uma alternativa, em detrimento da China, de crédito para outros países; e os outros US\$ 2 bilhões para ajuda à promoção da governança e desenvolvimento na região do Indo-Pacífico (US State Department..., 2024). Para além desse fator, há ainda os impactos do conflito entre Israel e Palestina que frearam os avanços das negociações e preparações para a execução do IMEC. A

turbulência geopolítica do Oriente Médio congelou os planos estratégicos vinculados ao projeto, visto que a questão de segurança na região é delicada e Israel comprometeu gravemente suas relações com os vizinhos árabes após violência e bombardeamento em massa em Gaza. Somado a isso, evidencia-se também o estranhamento diplomático por parte da Turquia, que expressa indignação por não estar incluída no IMEC, por considerarem o país peça-chave para o sucesso do corredor e uma ponte histórica entre os mercados orientais e ocidentais (Sullivan, 2024).

Considerações Finais

O presente artigo se insere numa discussão ainda recente sobre a efetividade da iniciativa estadunidense PGII, uma vez que a formalização do anúncio desta completará apenas dois anos de existência em 2024, comparado com uma década da iniciativa chinesa. Buscou-se compreender como se estrutura a alternativa dos EUA em parceria com o G7 e como se dá o planejamento de ações, investimentos e projetos a curto, médio e longo prazo. Ainda, procurou-se analisar a ênfase dedicada à região do Indo-Pacífico nas decisões de política externa e no foco de destinos de investimos em projetos de tecnologia, infraestrutura e conectividade. Ademais, esta pesquisa também buscou integrar e acrescentar à discussão a respeito da competição tecnológica e comercial sino-americana e os impactos dessa para o debate inerente à hegemonia econômica estadunidense, especialmente num cenário de ascensão de potências rivais e ameaçadoras, como é o caso da China.

De fato, o crescimento exponencial chinês observado é significativamente robusto para gerar preocupações aos estadunidenses, especialmente nos setores de infraestrutura, como foi observado neste artigo, semicondutores e tecnologia, telecomunicações, conectividade, energia e transporte. Por esse prisma, entende-se as alianças bilaterais e multilaterais, o resgate do Diálogo Quad, o estreitamento das relações econômicas com o G7, as leis e investimentos em setores-chave e os projetos idealizados, como os principais instrumentos de política externa do governo Biden para controlar a atuação estadunidense dentro desse contexto de competição e manter a hegemonia econômica dos EUA mais estável. Ser o pivô que facilita o desenvolvimento de infraestrutura em diferentes países de baixa e média renda é interessante para ambas as economias, na medida em que aumenta a dependência dessas nações em relação aos investimentos estrangeiros e pavimentam a construção de uma influência político-econômica mais sólida nessas regiões.

A PGII, em comparação com o BRI, carece de ambição e ainda apresenta lacunas de planejamento financeiro e execução de projetos, que são travados por fatores externos aos países e eventos de escala global, como é o caso da Guerra da Ucrânia e o conflito entre Israel e Palestina. Portanto, é difícil afirmar, atualmente, que a alternativa ocidental pode fazer frente à iniciativa chinesa em números e impacto econômico. Seria preciso um enfoque nas principais fraquezas do BRI para que o Ocidente pudesse preencher essas deficiências de maneira efetiva e coerente, algo que saia do plano narrativo e foque na prática. Nesse sentido, futuras pesquisas serão importantes para avaliar a evolução da PGII e o desenvolvimento do planejamento interno da iniciativa, além dos desdobramentos desta para regiões como o Indo-Pacífico (no caso do futuro do IMEC, principalmente), a América Latina e o continente africano. Ainda, o fato de haver diversas outras iniciativas paralelas de diferentes blocos e/ou países que demandam atenção, dispersa o foco e dificulta a reunião de esforços. Ademais, no caso dos Estados Unidos, existem fatores internos políticos e demandas nacionais de infraestrutura e economia que também exigem prioridade do governo no presente, ainda mais em um ano de eleições presidenciais.

Mesmo com esses fatores acima, com a escalada exponencial chinesa que gera incômodo significativo e com os diferentes eventos que sugerem crise da ordem liberal internacional, é complexo afirmar que a hegemonia econômica estadunidense está em crise completa. Entende-se que termo correto para definir o atual cenário seja “desequilíbrio”, frente às ameaças ascendentes, uma vez que o *status* de hegemom dos EUA ancora-se em diversos fatores históricos e inclui uma ampla rede de variáveis também diplomáticas, além de que os recursos – políticos, ideológicos, militares e econômicos – nacionais do país ainda são muito firmes, poderosos e atraentes para os aliados mais próximos. A competição tecnológica e comercial sino-americana ainda é palpável e continuará a criar diferentes fatores para análise, bem como perguntas que ainda não possuem respostas. A relação bilateral dos países ainda é delicada, apesar de mais branda, e envolve pontos de tensão que são difíceis de resolver, o que acaba por gerar um sentimento de incerteza e polarização política nas relações internacionais.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. The Three Hegemonies of Historical Capitalism (cap. 6). In: GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993.

BLINKEN, Antony J. **A Foreign Policy for the American People (Speech)**. US Department of State, 3 mar. 2021. Disponível em:

<<https://www.state.gov/a-foreign-policy-for-the-american-people/>>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BOWN, Chad P. US imports from China are both decoupling and reaching new highs: here's how. **Peterson Institute for International Economics**, 31 mar. 2023. Disponível em:

<<https://www.piie.com/research/piie-charts/us-imports-china-are-both-decoupling-and-reaching-new-highs-heres-how>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BURTON, Guy. YELLINEK, Roie. **Biden's G-7 Infrastructure Plan to Counter China**.

The Arab Gulf State Institute in Washington, 19 jul. 2021. Disponível em:

<<https://agsiw.org/bidens-g-7-infrastructure-plan-to-counter-china/>>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CHAULIA, Sreeram. IMEC promises a new model of globalisation. **Hindustan Times**, 18 set. 2023. Disponível em:

<<https://www.hindustantimes.com/opinion/imec-promises-a-new-model-of-globalisation-101695006730512.html>>. Acesso em: 25 out. 2023.

DUNFORD, Michael. China's Belt and Road Initiative and its Implications for Global Development. **ACTA VIA SERICA**, 6. p. 91-118, 2021.

FABRICIUS, Peter. **The Lobito Corridor infrastructure project casts the United States and the West in an unfamiliar role**. ISS Africa, 15 set. 2023. Disponível em:

<<https://issafrica.org/iss-today/bidens-bri-moment>>. Acesso em: 10 out. 2023.

FIORI, José Luis. **Sobre o poder global**. Novos estudos, n. 73, p. 61–72, nov. 2005.

GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993.

GILL, Stephen; LAW, David. Global Hegemony and The Structural Power of Capital (cap. 4) In: GILL, Stephen. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge University Press, 1993.

INDIA-MIDDLE EAST-Europe Corridor most ambitious of Biden's PGII push. **Daiji World News**, 16 set. 2023. Disponível em:

<<https://www.daijiworld.com/news/newsDisplay?newsID=1121108>>. Acesso em: 25 out. 2023.

IKENBERRY, G. John. Power and Liberal Order: America's postwar world order in transition. **International Relations of the Asia-Pacific** [Online], 2005, v. 5, p. 133-152.

Disponível em:

<<https://www.semanticscholar.org/paper/Power-and-liberal-order%3A-America%27s-postwar-world-in-Ikenberry/e44ec0eea29ea5010429556043809e0d553b9153>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LI, Xing. The rise of China and its impact on world economic stratification and re-stratification. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 34, n. 4, p. 530–550, 4 jul. 2021.

KARNAL, Leandro. Parte 1 – Estados Unidos: a formação da nação. In: _____ et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 20-84.

KUMAR, Ranjit. India-Middle East-Europe Corridor Vs China's BRI: How Big a Challenge Is IMEC to BRI and How It Will Shape Up. **ABP Live News**, 17 set. 2023. Disponível em: <<https://news.abplive.com/india-at-2047/india-middle-east-europe-corridor-versus-china-bri-assessing-battle-for-geopolitical-supremacy-g20-pgii-imec-1630113>>. Acesso em: 25 out. 2023.

KHAN, Arif; KHAN, Shah Nawaz. BRI vs. B3W: A rivalry for economic hegemony: An archival research. **Journal of Social Sciences and Humanities**, v. 61, n. 1, p. 31-44, 2022.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, 2019, vol. 43, no. 4, pp. 7-50.

MING, Zhu. **Should Africa be Happy About G-7's New Offer?**. The African, 12 ago. 2022a. Disponível em: <<https://theafrican.co.za/politics/should-africa-be-happy-about-g7s-new-offer-716f44be-eef1-444d-a409-2aff7a2135a7/>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

_____. The Partnership for Global Infrastructure and Investment: An Alternative for China's Belt and Road Initiative?. **China Quarterly of International Strategic Studies**, vol. 8, no. 2, 2022b, pp. 197-213. DOI: 10.1142/S2377740022500087. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/epdf/10.1142/S2377740022500087>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORDOR INTELLIGENCE. INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO DA CHINA - ANÁLISE DE TAMANHO E PARTICIPAÇÃO - TENDÊNCIAS E PREVISÕES DE CRESCIMENTO (2024 – 2029). **Mordor Intelligence**, 2024. Disponível em: <<https://www.mordorintelligence.com/pt/industry-reports/china-construction-market>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MORRISON, Wayne M. China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States. **Congressional Research Service**, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.everycrsreport.com/reports/RL33534.html#_Toc12530867>, Acesso em: 10 fev. 2024.

NEDOPIIL, Christoph. China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2022. **Green Finance & Development Center**, FISF Fudan University, Shanghai, jan. 2023. Disponível em: <https://greenfdc.org/wp-content/uploads/2023/02/Nedopil-2023_China-Belt-and-Road-Initiative-BRI-Investment-Report-2022.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SULLIVAN, Arthur. India-Middle East corridor in doubt due to Israel-Hamas war. **DW News**, 27 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/india-middle-east-corridor-in-doubt-due-to-israel-hamas-war/a-68354312>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

TAN, Clemente. “A real big deal”: Biden backs economic corridor as shifting geopolitical alliances fragment the global economy. **CNBC News**. Disponível em: <<https://www.cnn.com/2023/09/18/biden-backs-economic-corridor-as-geopolitical-alliances-fragment-globe.html>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. São Paulo, **Revista de Economia Política**, 1985, v. 5, n. 2(18), abr./jun., p. 5-15.

THE WHITE HOUSE. **FACT SHEET: Partnership for Global Infrastructure and Investment at the G7 Summit**. 20 maio 2023. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/05/20/fact-sheet-partnership-for-global-infrastructure-and-investment-at-the-g7-summit/>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

_____. **FACT SHEET: President Biden and G7 Leaders Formally Launch the Partnership for Global Infrastructure and Investment**. 26 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/06/26/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-formally-launch-the-partnership-for-global-infrastructure-and-investment/>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

_____. **Memorandum of Understanding on the Principles of an India-Middle East-Europe Economic Corridor**. 09 set. 2023. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/09/09/memorandum-of-understanding-on-the-principles-of-an-india-middle-east-europe-economic-corridor/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

_____. **FACT SHEET: Partnership for Global Infrastructure and Investment (PGI) Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity Investor Forum**. 16 nov. 2023b. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/11/16/fact-sheet-partnership-for-global-infrastructure-and-investment-pgi-indo-pacific-economic-framework-for-prosperity-ipef-investor-forum/>>. Acesso em: 01 mar. 2024.

TRANG, Nguyen T. A política externa dos Estados Unidos sob a administração Biden sobre a competição estratégica com a China: a análise a partir do nível individual nas relações internacionais. **Revista VNUHCM de Ciências Sociais e Humanas**, v. 7, n. 4, pág. 2191-2201, 31 dez. 2023. Disponível em: <<http://stdjssh.scienceandtechnology.com.vn/index.php/stdjssh/article/view/870>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

US STATE DEPARTMENT Requests \$4 Billion to Outcompete China. **VOA News**, 11 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/us-state-department-requests-4-billion-to-outcompete-china/7523822.html>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

WEI, Zongyou; ZHANG, Yunhan. The Biden Administration’s Indo-Pacific Strategy and China-U.S. Strategic Competition. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 07, n. 02, p. 157–178, jan. 2021.

YIPING, Huang. Understanding China's Belt & Road Initiative: Motivation, framework and assessment. **China Economic Review**, vol. 40, p. 314-321, 2016. ISSN 1043-951X.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.chieco.2016.07.007>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ZHAO, Minghao The Belt and Road Initiative and China–US strategic competition. **China International Strategy Review**, v. 3, n. 2, p. 248–260, dez. 2021. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s42533-021-00087-7>>. Acesso em: 28 out. 2023.